

Servidores da Câmara e do Senado terão reajustes salarial**Reajuste a servidores do Congresso...**

» TAINÁ ANDRADE

O Congresso aprovou reajuste salarial para servidores da Câmara e do Senado. Os aumentos serão escalonados e, ao fim dos próximos três anos, a elevação cumulativa totalizará 19,25%. Os rendimentos não eram corrigidos desde 2016 e estavam com perdas acumuladas pela inflação. O texto segue agora para a sanção presidencial.

Conforme o texto, o escalonamento prevê 6% nos dois primeiros anos e 6,13% em 2025. O impacto orçamentário na Câmara será de R\$ 275,7 milhões em 2023, R\$ 154,4 milhões em 2024, R\$ 190,7 milhões em 2025 e R\$ 198,3 milhões no exercício de 2026.

No Senado, o impacto orçamentário previsto é de R\$ 180,9 milhões em 2023, R\$ 262,5 milhões em 2024, R\$ 335,8 milhões em 2025 e R\$ 477,0 milhões em 2026.

Na Casa, a proposta inicial da Comissão Diretora previa a recomposição salarial no prazo de quatro anos. A inflação acumulada desde o último reajuste em

2016 chega a 25%. Durante a discussão da matéria, os senadores Paulo Rocha (PT-PA) e Izalci Lucas (PSDB-DF) defenderam um prazo menor: dois anos para recompor os salários do funcionalismo do Senado.

Após ouvir representantes de servidores presentes no plenário, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sugeriu a recomposição de 18% em três anos. O relator, Fernando Bezerra, acatou o prazo, mas insistiu no reajuste de 19,25%.

"Eu considero que esse pode ser um caminho razoável, que atende à demanda dos servidores de não ter um prazo tão alongado. E atende à Câmara dos Deputados de não se ter um impacto orçamentário no prazo de dois anos. Então, o prazo médio de três anos atende a todos os lados", sustentou Pacheco.

Bezerra, por sua vez, ressaltou as perdas salariais dos servidores nos últimos anos. "A última recomposição salarial, também de natureza parcial, ocorreu

Valério Ayres/CB/D.A. Press

**Funcionários de Câmara e Senado receberão aumento escalonado**

por meio da Lei nº 13.302, de 27 de junho de 2016. Há mais de seis anos, portanto", ressaltou. "Desde a última parcela desse reajuste, os índices inflacionários já alcançaram os 25%, considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, acrescentou Bezerra. (Com Agências Câmara e Senado)

19,25%**Total a que chegará o reajuste cumulativo dos servidores****...Presidente, vice e parlamentares, na fila**

A Câmara aprovou, no início da noite de ontem, reajustes que variam de R\$ 12,6 mil a R\$ 15,4 mil sobre os salários de deputados, senadores, presidente da República, vice e de ministros de Estado. O projeto segue para votação no Senado.

O texto prevê o aumento em quatro etapas. A primeira será em 1º de janeiro de 2023 e a última, em 1º de fevereiro de 2025. Hoje, o presidente Jair Bolsonaro, o vice Hamilton Mourão e os ministros ganham R\$ 30.934,70. Ao tomar posse, Luiz Inácio Lula da Silva, Geraldo Alckmin e os novos ministros vão ganhar R\$ 39.293,32.

Além disso, atualmente, os congressistas recebem R\$ 33.763,00 por mês. Ao final do escalonamento, os salários serão iguais em R\$ 46.366,19. O crescimento representa reajustes de 37% e de 49,9%.

A confirmação dos reajustes poderá causar um efeito cascata no país, porque as remunerações de governadores e de deputados estaduais podem, pela Constituição, acompanhar um

porcentual dos salários de parlamentares federais e do chefe do Executivo federal.

O debate sobre o aumento ocorreu a toque de caixa, no momento em que as atenções de Brasília estavam voltadas à análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição.

Uma votação foi simbólica e, por isso, não é possível especificar todos os favoráveis e contrários à medida. O projeto de decreto legislativo foi assinado pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O texto não depende de sanção ou veto do presidente.

Após o primeiro aumento, no início do ano, o texto passa os salários para R\$ 41.650,92 em 1º de abril de 2023. Em 1º de fevereiro de 2024, os vencimentos subirão a R\$ 44.008,52. Por fim, serão R\$ 46.366,19 a partir de 1º de fevereiro de 2025.

De 2023 a 2026, o impacto financeiro na Câmara será de R\$ 144,1 milhões. No Senado, R\$ 23,3 milhões. No governo federal, R\$ 10,8 milhões.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF**Seção:** Política **Página:** 2